

Mandato dificulta escolha de ministro

O alinhamento automático ao mandato de cinco anos para o presidente José Sarney está dificultando a escolha do novo ministro da Reforma Agrária, cargo vago há uma semana. As bancadas de Pernambuco e da Bahia, além de parlamentares de outros estados, conhecidos como do "bloco progressista", estão se movimentando no sentido de que o PMDB não indique nenhum candidato para o lugar de Dante, porque qualquer um dos escolhidos, seria "fatalmente vinculado ao mandato de cinco anos", disse o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE).

Dante de Oliveira, ao deixar o governo na última sexta-feira, declarou que renunciava porque não concorda com o mandato de cinco anos. Ele esperava embarcar para Cuiabá ainda hoje, on-

de deve reassumir a prefeitura local, mas foi chamado pelo presidente Sarney para uma audiência no Palácio do Planalto. Desde que foi chamado para a audiência, Dante não mais quis manter contato com a imprensa, cancelando inclusive entrevistas marcadas com antecedência. Ele pode ser convocado para retornar ao ministério, mas seus assessores reafirmam que a decisão de Dante é irrevogável.

O candidato mais forte continua sendo o ex-governador do Pará, Jader Barbalho. Ontem, o deputado Manoel Ribeiro (PMDB-PA) foi recebido pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e disse ser absolutamente inverídica a notícia de que Jader recusa o ministério. "Isso é intriga da oposição", disse

Ribeiro, referindo-se às informações sobre a recusa do ex-governador. "Seria importante para a Amazônia um ministério", afirmou Manoel Ribeiro, depois de conversar com Costa Couto.

De qualquer forma, o PMDB não está se manifestando sobre o assunto. O senador Mário Covas, depois de ser recebido pelo deputado Ulysses Guimarães, no exercício da presidência da República, informou que seu partido não fora convocado para fazer uma indicação formal de um nome para a Reforma Agrária, e Ulysses, pouco antes de subir para o gabinete presidencial, disse que na conversa com Sarney "em nenhum momento o presidente tocou no assunto da indicação de um nome".

Adiada reunião da Executiva

A reunião da Comissão Executiva do PMDB, que seria realizada hoje às 10 horas, foi transferida para a próxima terça-feira, segundo decisão tomada ontem pelo presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães. A Executiva deverá aprovar proposta de adiamento da Convenção Nacional, inicialmente marcada para 13 e 14 de junho, que decidirá sobre a duração do mandato presidencial e o regime de governo. A nova convocação da Convenção ainda não tem data.

Segundo o líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, o adiamento da reunião da Executiva deve-se à realização também hoje às 10 horas, de

uma sessão solene do Congresso Nacional, em homenagem ao ex-senador Teotônio Vilela. Na Executiva, o deputado será um dos membros que votará pelo adiamento da Convenção.

Já o líder do partido no Senado, Fernando Henrique Cardoso, informou ontem que as primeiras consultas que fez na bancada indicam que os senadores admitem o adiamento da Convenção, mas são contra o cancelamento da reunião. Segundo o líder, os peemedebistas desejam também que às discussões sobre duração do mandato do presidente e o regime de governo seja incluída também uma definição sobre a posição do partido na Assembleia Constituinte.



Fernando Henrique (PMDB-SP)



Genoíno defende as emendas

Ajuda militar gera temores na comissão

O anteprojeto que atende a todos os pleitos militares e que foi aprovado sábado último pela Subcomissão de Defesa do Estado, corre o risco de continuar com a mesma redação na Comissão de Organização Eleitoral, Garantia das Instituições e Defesa do Estado, para onde foi encaminhado. Ali, apesar de brilharem nomes progressistas como Mário Covas, Antônio Brito, Nelson Friedrich e José Genoíno, prevalecem os constituintes de centro e que, por isso mesmo, batalharam para integrar essa comissão.

Parlamentares como Sadie Hauache (PFL-AM), Daso Coimbra (PMDB-RJ), Marco Maciel (PFL-PE) e Ottomar Pinto (PFL-PR) e Ricardo Fiúza (PFL-PE) farão tudo para que o anteprojeto de defesa do Estado não sofra inovações. Na prática, essa maioria de centro trabalhará para que as mudanças a serem aprovadas nesse assunto de segurança não ultrapassem em nada o que já dispõe a atual Constituição.

"Na verdade, eles lutarão para que a atual Constituição retroceda no que já prevê sobre os assuntos militares", antecipou o senador Iram Saraiva (PMDB-GO), um dos que mais se bateu contra o projeto de Ricardo Fiúza.

O próprio relator, Ricardo Fiúza, admitiu que redigiu seu trabalho com a colaboração de três coronéis do Exército e que recebeu até uma parte do projeto pronto. O relator da comissão, Prisco Vianna (PMDB-BA), que afirma não ter pedido o cargo, já confidenciou a alguns parlamentares que está preocupado com isso. "Eu pensava que o projeto do Fiúza refletia a maioria da subcomissão, mas não sabia que fora feito com a ajuda dos militares", disse ele. Acontece que o próprio Vianna, e com ele o presidente da comissão, senador Jarbas Passarinho, não farão muito esforço para absorver as teses da esquerda, como a criação do Ministério da Defesa. "Na verdade, essa comissão já foi formada com esse objetivo — o de não mudar nada", reclama Lídice da Mata (PC do B-BA).

Campanha estimulará as emendas populares

Bote seu dedo na constituinte". Este chamamento deverá chegar às ruas, em breve, através de uma campanha a ser deflagrada por cerca de 40 entidades populares, com o objetivo de incentivar as campanhas de coleta de assinaturas às emendas que serão encaminhadas à constituinte, com, no mínimo, 2 mil assinaturas. Será criada uma marca que simbolize a articulação pelas iniciativas populares, a exemplo da campanha das diretas já, representadas pelos dois traços (verde e amarelo).



encaminhadas nos 2 primeiros dias de discussão no plenário da Constituinte a partir de 18 de agosto, mais ou menos, dependendo dos trabalhos das oito comissões temáticas. E incalculável o número de iniciativas isoladas que correm pelo país todo. Somente na reunião entre representantes de 40 entidades populares (terça e quarta-feiras, no Congresso Nacional), foram identificadas 31 emendas diferentes.

"E hora de botar esta campanha nas ruas, senão a Constituição ficará mais atrasada do que a de 46, se depender dos constituintes" avalia o representante da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Delúbio Soares de Castro. Além desta entidade, a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), Conam (Confederação Nacional das Associações de Moradores) e Andes (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior) coordenam o movimento.

As emendas populares ao texto constitucional poderão ser,

Constituinte discute hoje autonomia do DF

A autonomia do Distrito Federal e a questão da redivisão territorial brasileira serão discutidas hoje pela Comissão da Organização do Estado, que considera estes temas os mais polêmicos. Segundo o presidente da comissão, José Thomaz Nono (PFL/AL), os 63 constituintes devem ter um espaço especial para discutir os dois assuntos, mesmo durante a fase de apresentação de emendas aos anteprojetos das subcomissões da União, Distrito Federal e Territórios, dos estados e dos municípios e regiões.

A bancada de Brasília — oito deputados e três senadores — fechou questão em torno da autonomia do Distrito Federal, defendendo eleição direta para governador, vice e assembleia de deputados em 1988. Essa autonomia já está contemplada no anteprojeto da Comissão da União, Distrito Federal e Ter-

ritórios, mas somente foi votada por 21 constituintes. O que a bancada quer é sensibilizar desde já o relator da comissão, senador José Richa (PMDB/PR).

Já a redivisão territorial é mais polêmica, porque alguns constituintes se pronunciaram contrários, mas todas as seis propostas têm mais de um projeto de apoio à expansão do número de estados. Durante a fase dos debates na Subcomissão dos Estados, alguns parlamentares foram a duas das regiões que pleiteiam a emancipação — Goiás e Maranhão. Pelo anteprojeto da Subcomissão dos Estados, serão criados seis novos estados: Tocantins (Goiás), Maranhão do Sul (Maranhão), Santa Cruz (Bahia), Triângulo (Minas Gerais), Juruá (AM), Tapajós (PA) e a transformação dos territórios de Roraima e Amapá em estados.

Ordem social revê omissões

"A Comissão da Ordem Social toca nos problemas mais reclamados pela sociedade e por isso ela tem que buscar transformações, desde que com responsabilidade, para que possam ser cumpridas". A opinião é do deputado Edme Tavares (PFL-PB), presidente da comissão, que aponta as questões da estabilidade no emprego, direito de greve e setor privado da saúde como as mais polêmicas a serem debatidas.

Em sua primeira reunião, ontem, a comissão discutiu a proposta de Regimento Interno apresentada pelo deputado Edme, que visa, principalmente, resolver casos omissos no Regimento Interno da Constituinte. Na avaliação parlamentar, os três anteprojetos finais apresentados pelas subcomissões da Organização Eleitoral e Partidos Políticos, da Saúde, Segurança e Meio Ambiente e das Populações Indígenas, Negros e Minorias atenderam de maneira expressiva aos vários segmentos da sociedade.

Amaral quer a exoneração de relatores

O deputado Amaral Netto (PDS-RJ), autor da proposta que exonera os relatores das subcomissões que tiveram seus anteprojetos rejeitados, baseia sua proposição no fato de que já é praxe no Congresso Nacional esse tipo de medida e que, se bem analisada, os constituintes irão concluir que é coerente.

— Sempre que um relator perde um parecer ele é substituído. Um relator não vai poder, simplesmente, abandonar sua ideia e refazer sua proposta com as ideias dos outros. Por isso, não vejo nada demais em se substituir os relatores que tiveram seus anteprojetos rejeitados, pois isso prova que eles não estão em sintonia com os demais membros de sua subcomissão — explicou Amaral Netto.

O líder do PDS não aceita a argumentação de que os relatores não poderiam ser alterados porque estavam vinculados às chapas eleitas pelas subcomissões. "Isso é uma bobagem. Houve um acordo interpartidário que garantia a indicação do relator caso a chapa do acordo fosse eleita. Os relatores foram indicados pelos presidentes. Seguido o acordo ou não, isso é outra questão. O fato é que foram indicados e, dessa forma, podem ser exonerados".

Casuismo

Para o senador Maurício Corrêa (PDT-DF), um dos membros da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de governo, a proposta do deputado Amaral Netto é "nada mais, nada menos que um casuismo", considerando que escolhidos os relatores por acordo, a substituição deles agora é "mudar a regra do jogo por questão de conveniência".

— Acho que quem ganhou, ganhou, e quem perdeu, perdeu. Afinal, os relatores não são donos da verdade e muitos tiveram que fazer uma triagem de propostas totalmente divergentes. A maior parte dos relatores que não tiveram propostas aprovadas é de membros de subcomissões polêmicas, onde os principais temas nunca chegaram a um consenso — afirmou Maurício Corrêa.

O senador do Distrito Federal lembrou, ainda, que para se analisar a proposta de Amaral Netto, deve-se estabelecer uma regra clara para se determinar o que é anteprojeto rejeitado, para não se acabar confundindo com os anteprojetos emendados.

Destituição de Cristina não é aceita

A mesa da Assembleia Nacional Constituinte, presidida pelo deputado Ulysses Guimarães, tornou sem efeito a destituição da deputada Cristina Tavares do PMDB, da relatoria da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação, pelo seu presidente, deputado Arolde Oliveira, do PFL.

A mesa baseou sua decisão no fato de não haver ficado configurado o abandono dos trabalhos pela relatora, nem mesmo o não acolhimento de seu voto, pela subcomissão. Assim entendeu a mesa que "a peça principal oferecida pela relatora — o seu anteprojeto — foi aprovado pela respectiva comissão, ocorrendo sua retirada dos trabalhos em curso quando estava em votação proposição acessória, isto é, uma emenda".

Ao decidir a questão de ordem no caso da deputada Cristina Tavares, a mesa da Constituinte modificou decisão tomada no dia 20 por seu presidente, Ulysses Guimarães, e abriu a possibilidade de que doravante os relatores vencidos possam ser substituídos.

No dia 20, o líder do PDS, Amaral Netto (RJ), apontara a omissão do Regimento Interno da Assembleia Nacional a esse respeito e pedira uma definição da mesa. Na hora, Ulysses respondeu que a substituição do relator, se derrubado seu parecer, era uma espécie de sanção e, portanto, não estando expressamente prevista, não caberia à mesa fazê-lo. Assim, se o relator tem apenas a opinião do seu parecer rejeitado, como geralmente acontece, ele se subordina à decisão da maioria e relata "o vencido".

Amaral Netto não se conformou com a decisão e entrou com recurso, que Ulysses aceitou apenas para encaminhar à Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Recurso que, por sinal, não foi votado ontem por falta de quorum.

Ontem, porém, o presidente em exercício na Assembleia Nacional Mauro Benevides, leu a decisão da mesa sobre o caso da Cristina Tavares, a qual assinala: "O Regimento Interno da Câmara dos Deputados, adotado subsidiariamente, admite a substituição do relator quando o seu voto não é acolhido pela comissão".